

ANÁLISE COMPARATIVA DAS GESTÕES ADMINISTRATIVAS DO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA (CBH-PB)

*Dátia Paula Marques Maia Lucena¹; Maria Adriana de Freitas Mágero Ribeiro²; Márcia Maria
Rios Ribeiro³*

Resumo – A gestão participativa e descentralizada no Brasil é adotada como princípio fundamental da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) – instituída pela Lei 9.433/1997 – e deve envolver a Sociedade Civil, os Usuários da Água e o Poder Público. Desta forma, os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) foram criados, com o objetivo de proporcionar o debate das questões em torno dos recursos hídricos e a atuação das entidades envolvidas, em nível de bacia hidrográfica. Este trabalho realiza uma comparação das gestões administrativas do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba (CBH-PB) analisando a primeira Gestão (2007-2011) e a segunda (2011-2013). Esta comparação se baseia na caracterização dos segmentos do CBH-PB nas duas gestões e pela aplicação de um questionário a fim de identificar aspectos relevantes àquelas gestões.

Abstract – Participatory and decentralized management in Brazil is adopted as a fundamental principle of the National Water Resources Policy (PNRH) - established by the Law 9.433/1997 - and should involve civil society, water users and the Public Power. River Basin Committees (CBHs) were created with the aim of promoting the debates on issues involving water resources and coordinating the activities of the entities involved in river basin level. In this sense, this paper compares the situation concerned to Paraíba River Basin Committee (CBH-PB) analyzing its first mandate (2007-2011) as well as the second one (2011-2013). This comparison is based on the characterization of CBH-PB's members and by applying a survey in order to identify important aspects related to the first and the second mandates.

Palavras-chave: comitês de bacias hidrográficas; participação pública; processo de funcionamento.

¹Graduanda em Engenharia Civil UFCG. Av. Aprígio Veloso, 882 - Bloco CR - Campina Grande PB - 58.429-140 - datiamrqsmaia@hotmail.com

²Doutoranda em Recursos Naturais – UFCG. Av. Aprígio Veloso, 882 - Bloco CR - Campina Grande PB - 58.429-140 - dricckadefreitas@yahoo.com.br;

³Professora Adjunta – UFCG. Av. Aprígio Veloso, 882 - Bloco CR - Campina Grande-PB - 58.429-140 Fone: (83) 21011085 - mm-ribeiro@uol.com.br

INTRODUÇÃO

No Brasil, a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), instituída pela lei federal 9.433/97, preconiza a gestão participativa, integrada e descentralizada dos recursos hídricos, a qual sugere o envolvimento ativo da Sociedade Civil, Usuários da Água e Poder Público. No Estado da Paraíba, a gestão das águas é regulamentada pela Lei 6.308/96, que estabelece a Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH). A gestão dos recursos hídricos é condição básica para o uso adequado e criterioso desse recurso tão importante e escasso. Com a verificação do uso intensivo dos recursos hídricos, faz-se necessária a implementação de uma gestão eficiente, através do estímulo à participação da sociedade de forma integrada.

A participação pública desempenha um importante papel no sucesso da gestão pública, e, mais especialmente, na gestão de recursos hídricos, levando ao fortalecimento da tomada de decisão. A participação é uma necessidade humana, desenvolvida a partir da prática e é governada de modo a atender as expectativas, cumprindo com os objetivos comuns dos participantes (SANS, 2010).

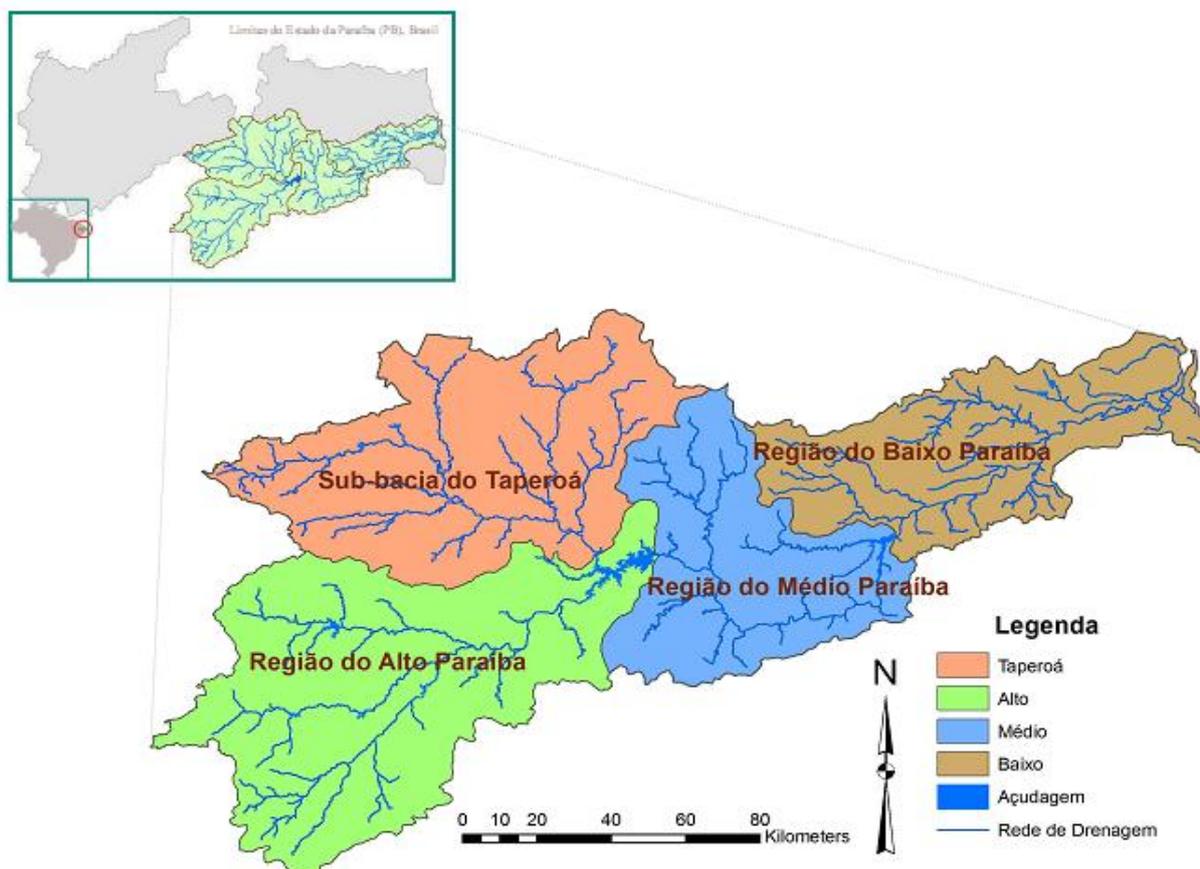
Os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) foram criados, com o objetivo de promover o debate das questões relacionadas aos recursos hídricos e articular a atuação das entidades envolvidas, em nível de bacia hidrográfica, fazendo com que o processo de tomada de decisão seja o mais democrático possível (RIBEIRO, 2012).

Este artigo objetiva comparar o processo de funcionamento do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba (CBH-PB), analisando a 1ª e a 2ª gestões administrativas. Esta análise considera o perfil dos membros, a participação dos membros nas reuniões e as questões relacionadas à cobrança pelo uso da água, além de confrontar as instituições, e seus respectivos representantes, que compõem o CBH-PB nas duas gestões.

ÁREA DE ESTUDO

A Bacia Hidrográfica do rio Paraíba está localizada no semiárido paraibano e integra as mesorregiões da Borborema, do Agreste e do Litoral paraibano, abrangendo uma área de 20.127,17 km². Compreendida entre as latitudes 6°51'31" e 8°26'21" Sul e as longitudes 34°48'35" e 37°2'15" a Oeste de Greenwich, é a segunda maior bacia do estado da Paraíba, abrangendo 35,7% do território estadual, possui 1.886.655 habitantes que correspondem a 52% da sua população total (AESAs, 2006).

Trata-se de uma bacia de rio de domínio estadual sendo composta por 85 (oitenta e cinco) municípios, além da grande densidade demográfica. Na bacia estão incluídas as cidades de João Pessoa, capital do Estado e Campina Grande – seu segundo maior centro urbano. A Bacia possui diversidade de climas e características físicas, sendo dividida em quatro sub-regiões: as regiões do Alto, Médio e Baixo Curso do rio Paraíba e a sub-bacia do rio Taperoá (Figura 1).



Fonte: Adaptado de Silva (2006).

Figura 1 Localização geográfica da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba e suas subdivisões.

O Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba – CBH-PB

A participação dos Comitês de Bacia no Sistema Integrado de Gerenciamento e Planejamento de Recursos Hídricos (SIGERH) da Paraíba é prevista na Resolução do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH-PB) nº 01/03, a qual estabelece as diretrizes para a formação, instalação e funcionamento dos Comitês de Bacias Hidrográficas no Estado e se constituiu na primeira iniciativa para a criação desses órgãos colegiados.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba (CBH-PB) foi instituído pelo Decreto Estadual 27.560, de acordo com a Lei Federal 9.433/97 e com a Lei Estadual 6.308/96 (alterada

pela Lei 8.446/07). Possui como área de atuação toda a extensão da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba, sendo disciplinado por Regimento próprio.

O CBH-PB foi instalado em 18 de junho de 2007, após um longo processo de mobilização – com momentos de extrema fragilidade – que remota ao início dos anos 2000. Neste período foi definida uma Diretoria Provisória para organizar o processo da primeira eleição do CBH-PB a qual era composta por representantes do Centro de Ação Cultural (CENTRAC), representando a Sociedade Civil; Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (EMATER), representando o Poder Público Estadual; além de uma Comissão Auxiliar composta por cinco entidades: Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) – Sociedade civil; Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) – Poder Público Federal; Colônia de Pescadores de Boqueirão e Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA) – Usuários de água e Prefeitura Municipal de Campina Grande – Poder Público Municipal.

De acordo com a Lei 6.308/96 (art. 10-B), entre as competências dos CBHs destacam-se: aprovar o Plano da Bacia para integrar o Plano Estadual de Recursos Hídricos e suas atualizações; estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica, sugerindo os valores a serem cobrados; discutir e aprovar a proposta do órgão gestor do meio ambiente para o enquadramento dos corpos d'água da respectiva bacia hidrográfica, com o apoio de audiências públicas, assegurando os usos prioritários; entre outras atribuições.

O CBH-PB é formado por pessoas físicas e jurídicas de direito público e privado, composto por sessenta (60) membros titulares e respectivos suplentes, obedecidos os seguintes percentuais por segmento: 30% Sociedade civil, 40% Usuário de água, 20% Poder Público Municipal, 7% Poder Público Estadual e 3% Poder Público Federal.

A primeira Gestão do CBH-PB (2007-2011) foi marcada por intensas discussões as quais contribuíram para modificar aspectos relevantes, que envolvem o cenário atual de gestão de recursos hídricos na Paraíba. Importante tema das discussões, naquelas reuniões, foi a cobrança pelo uso da água e, em paralelo, a necessidade de melhor definir as atribuições dos entes componentes do sistema estadual de recursos hídricos. Em meados de 2011 procedeu-se ao segundo processo eleitoral no CBH-PB, o qual definiu a segunda Gestão administrativa do CBH-PB (2011-2013).

CARACTERIZAÇÃO DOS SEGMENTOS PARTICIPANTES DO CBH-PB

A Tabela 1 apresenta o quantitativo de vagas ofertadas e preenchidas entre os segmentos participantes (Poder Público, Usuários de Água e Sociedade Civil). Na primeira Gestão não houve o

preenchimento de todas as vagas, enquanto que para a segunda Gestão as vagas foram totalmente preenchidas.

Tabela 1 Distribuição dos membros do CBH-PB de acordo com o número de vagas.

SEGMENTO	Primeira Gestão		Segunda Gestão	
	OFERTADAS	PREENCHIDAS	OFERTADAS	PREENCHIDAS
Vagas Poder Público Federal	2	1	2	2
Vagas Poder Público Estadual	4	4	4	4
Vagas Poder Público Municipal	12	10	12	12
Vagas Usuários de Água	24	22	24	24
Vagas Sociedade Civil	18	18	18	18
TOTAL	60	55	60	60
Percentual das vagas preenchidas	92%		100%	

A distribuição dos membros do CBH-PB por região hidrográfica está mostrada na Tabela 2.

Tabela 2 Distribuição dos membros do CBH-PB do segmento Poder Público Municipal por região hidrográfica.

GESTÃO	Região Hidrográfica			
	Região do Baixo Curso	Região do Médio Curso	Região do Alto Curso	Sub-Bacia do Taperoá
Primeira Gestão	4	1	3	2
Segunda Gestão	4	4	2	2

Evidencia-se a grande representatividade da Região do Baixo Curso do Rio Paraíba (nas duas gestões) e o aumento significativo do número de representantes da Região do Médio Curso (da primeira para a segunda Gestão).

Poder Público Federal (PPF)

Na primeira Gestão, apenas uma das vagas destinadas ao PPF foi preenchida, a qual foi ocupada pelo DNOCS. Na segunda Gestão, as duas vagas foram preenchidas, distribuídas entre o DNOCS, que permaneceu com o mesmo representante, e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO).

Poder Público Estadual (PPE)

As vagas deste segmento foram totalmente preenchidas em ambas as gestões. Na primeira Gestão, as instituições participantes foram: Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da

Associação dos Moradores das Comunidades municípios de Taperoá	Presente	Ausente
Núcleo de Apoio de Desenvolvimento da Produção Agropecuário de Malhada de Areia (NADEPAMA)	Presente	Ausente
Igreja Católica de São João do Cariri	Presente	Ausente
Programa de aplicação de tecnologias apropriadas (PATAAC)	Presente	Presente
Associação Comunitária dos Moradores Riacho Pedra Comprida	Presente	Ausente
Associação dos Criadores de Caprinos Ovinos e Irrigantes de Camalaú	Presente	Ausente
Associação dos Usuários de água do Açude Congo (AUCAMP)	Presente	Ausente
Associação dos Pescadores de Serra Branca (ASPEC)	Presente	Ausente
Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET)	Presente	Ausente
Instituto Histórico e Geográfico do Cariri	Presente	Ausente
Associação Comunitária Santa Marina	Presente	Ausente
Associação dos Pescadores e Marisqueiras "Renascer" (APM)	Presente	Ausente
E. E. F. M. Prof. Antônio Oliveira	Presente	Ausente
Associação Comunitária dos Pescadores e Aquicultores Atingidos pela Barragem de Acauã (ACPABA)	Presente	Ausente
Centro de Ação Cultura (CENTRAC)	Presente	Presente
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	Presente	Presente
Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH),	Ausente	Presente
Associação dos Moradores do Tavares (ADECOM)	Ausente	Presente
Associação dos Produtores Rurais do Município de Olivedos (APRUMO)	Ausente	Presente
Associação Rural dos Moradores do Sítio Jenipapo de Cima	Ausente	Presente
Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia (CREA)	Ausente	Presente
Cooperativa de fruticultura de Natuba e região (COOPAVAN)	Ausente	Presente
Federação da Agricultura do Estado da Paraíba (FAEPA)	Ausente	Presente
Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia da Paraíba (IFPB)	Ausente	Presente
Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Congo, Camalaú, São João do Tigre e Sumé	Ausente	Presente
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Umbuzeiro	Ausente	Presente
Sindicato dos Trabalhadores rurais de Gurinhém	Ausente	Presente
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mogeiro	Ausente	Presente
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camalaú	Ausente	Presente
Sindicato Rural de Natuba	Ausente	Presente

Usuários de Água

As instituições que compõem esse segmento são mostradas na Tabela 4.

Tabela 4 Distribuição das instituições representantes dos usuários de água no CBH-PB.

INSTITUIÇÃO	1ª GESTÃO	2ª GESTÃO
Jornal Correio	Presente	Ausente
Indústria de Celulose e Papel da Paraíba S/A (IPELSA)	Presente	Ausente
Puríssima indústria de água	Presente	Ausente
Água Purificada ADI	Presente	Ausente
União Agrícola LTDA	Presente	Ausente
Destilaria Miriri	Presente	Ausente
Beira Rio Agrícola	Presente	Ausente
Agroindústria Vale do Paraíba (AGROVAL)	Presente	Presente
Companhia Usina São João	Presente	Ausente
Colônia de pescadores Z-32	Presente	Ausente

Colônia de pescadores Z-26	Presente	Ausente
Colônia de pescadores Z-22	Presente	Ausente
Refrescos Guararapes	Presente	Presente
CAGEPA	Presente	Presente
Prefeitura Municipal de Taipu	Presente	Ausente
Japungu Agroindustrial S/A	Presente	Presente
Agrícola Vale do Mangereba	Presente	Ausente
Alpargatas S/A	Ausente	Presente
Aquamaris Aquacultura S/A	Ausente	Presente
Associação dos Usuários de água do Açude Congo-CAMPOS	Ausente	Presente
Camarões Paraíba LTDA	Ausente	Presente
Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-25	Ausente	Presente
Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-47	Ausente	Presente
Colônia de Pescadores de Serra Branca Z-37	Ausente	Presente
Colônia de Pescadores Z-6 Arnaldo Luz	Ausente	Presente
Colônia de Pescadores Z-44	Ausente	Presente
Indústria Transformadora de Frutos S/A (INTRAFRUT)	Ausente	Presente
Miriri Alimentos	Ausente	Presente
Bioenergia S/A	Ausente	Presente

APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS

Foram aplicados questionários aos membros do CBH-PB – na primeira e segunda gestões, realizados (por telefone e durante as reuniões do comitê) com representantes dos três segmentos sociais: Usuários de Água, Sociedade Civil e Poder Público. A análise das respostas do questionário oferece suporte para uma melhor caracterização do CBH-PB. O número de entrevistados foi definido através do método do comprimento da amostra para uma população finita, conforme a Equação 1.

$$n = \frac{\left(Z_{\alpha/2}\right)^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e_o^2(N-1) + \left(Z_{\alpha/2}\right)^2 \cdot p \cdot q} \quad \text{Equação 1}$$

As variáveis utilizadas e os valores calculados na equação acima são indicados na Tabela 5.

Tabela 5 Variáveis e descrições usadas na equação do método do comprimento.

VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO
N	Corresponde ao comprimento da amostra
$Z_{\alpha/2}$	Refere-se ao grau de confiança, com 95% (1,96)
e_o	Erro amostral, ou seja, a diferença entre um resultado amostral e o verdadeiro resultado populacional (5%)

P	Proporção da amostra, correspondente aos indivíduos que pertencem à categoria que será analisada (0,50)
Q	Proporção da população de indivíduos que não pertencem à categoria analisada ($q = 1 - p$ $q = 0,50$)
N	Número de membros do comitê (60 membros).

O número de entrevistados foi baseado na quantidade de membros titulares do CBH (60 membros). Vinte e sete membros da primeira Gestão responderam ao questionário, enquanto que 37 membros da segunda Gestão o responderam.

Perfil dos entrevistados

As primeiras questões analisadas foram em relação ao perfil socioeconômico dos membros do CBH-PB. De acordo com a Figura 3, os membros entrevistados do CBH-PB, tanto na primeira quanto na segunda Gestão, são majoritariamente, do sexo masculino, havendo um pequeno aumento no número de entrevistados do sexo masculino na segunda Gestão.

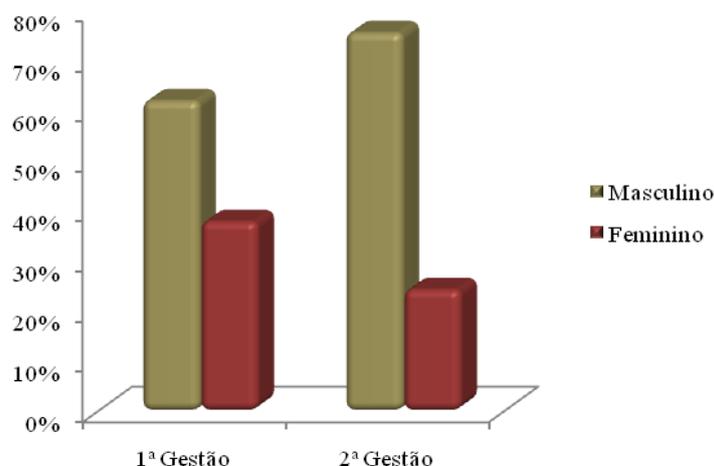


Figura 3 Perfil dos entrevistados quanto ao gênero

Com relação à representação dos segmentos (Usuários de Água, Sociedade Civil e Poder Público), a Figura 4 exibe a respectiva distribuição percentual.

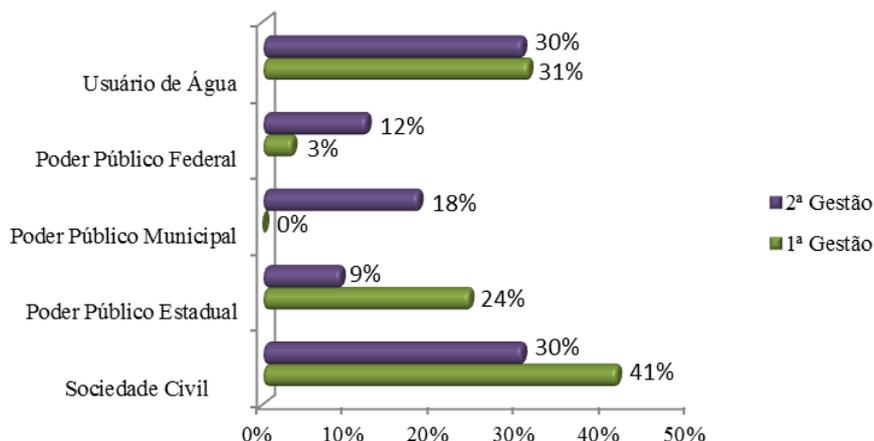


Figura 4 Distribuição dos entrevistados em relação aos segmentos sociais.

Quanto ao grau de instrução – na primeira Gestão – a maioria dos membros possui nível superior completo, enquanto que na segunda Gestão a maioria tem nível médio completo (Figura 5). O maior percentual para a área de formação é percebido na área das engenharias 52% – na primeira Gestão e 38% para a segunda Gestão.

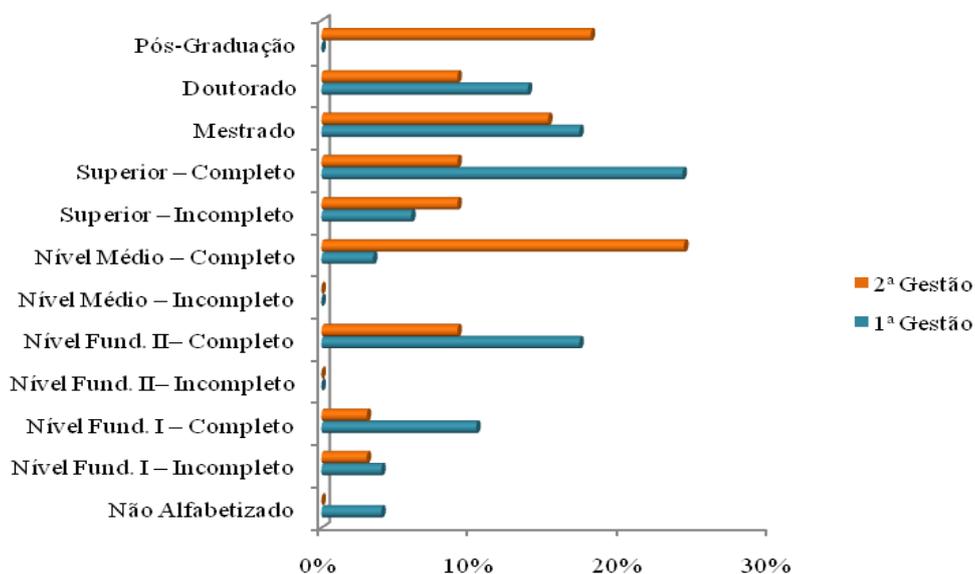


Figura 5 Grau de instrução dos membros do CBH-PB.

Quanto à capacitação dos membros dos CBHs, na primeira Gestão, 55% dos entrevistados fez cursos de capacitação na área de recursos hídricos, enquanto que na segunda Gestão, 41% dos entrevistados afirmaram ter feito cursos de capacitação nesta área. A Figura 6 apresenta os principais temas abordados nos cursos de capacitação, entre os quais se destacam: educação ambiental, mobilização social, atividades comunitárias e qualidade da água.

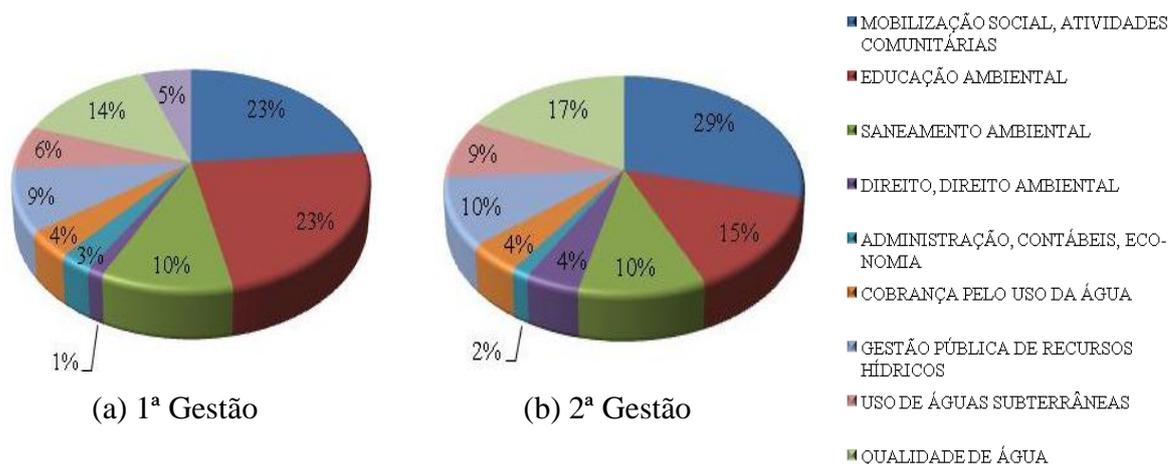


Figura 6 Principais temas abordados nos cursos de capacitação.

Participação Social no Comitê

Os membros foram questionados quanto ao interesse da sociedade em participar do CBH-PB. Os membros da primeira Gestão – em sua maioria – afirmaram ser **Médio** o interesse da sociedade em participar, em torno de 44%, enquanto a maioria dos membros da segunda Gestão afirmou ser **Baixo** o interesse, representado por 46%, conforme indicado na Figura 7. Considerando que a segunda Gestão está no seu primeiro ano de atuação, ela ainda teve pouca oportunidade de se posicionar sobre um assunto ou outro.

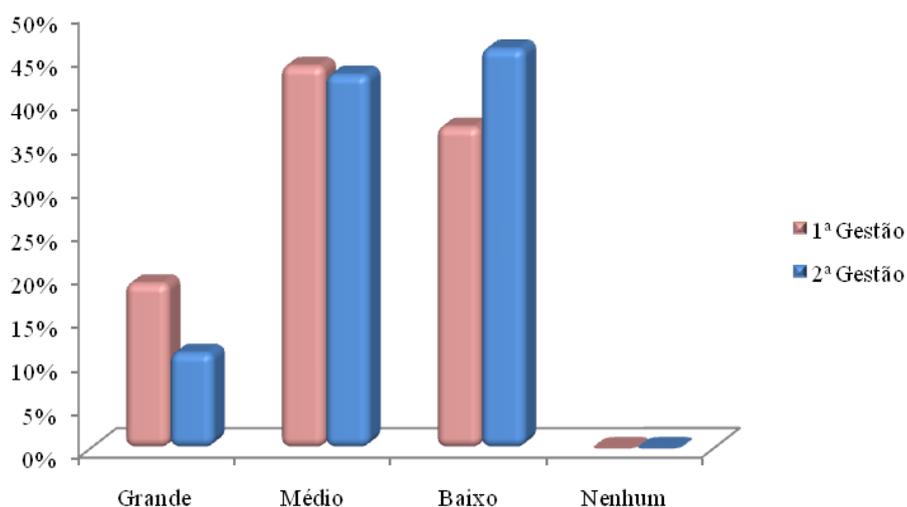


Figura 7 Avaliação do interesse da sociedade em participar do CBH-PB.

Os entrevistados foram questionados, também, quanto à avaliação da participação dos membros do CBH-PB, ou seja, se os mesmos estavam envolvidos nas discussões do comitê, se

propunham novos temas para as reuniões. Neste caso, os membros respondentes, tanto da primeira quanto da segunda Gestão, majoritariamente, afirmaram ser **Boa** a participação (52%) e (62%), respectivamente. Também, em ambas as Gestões, nenhum membro entrevistado considerou a participação inexistente, conforme pode ser observado na Figura 8.

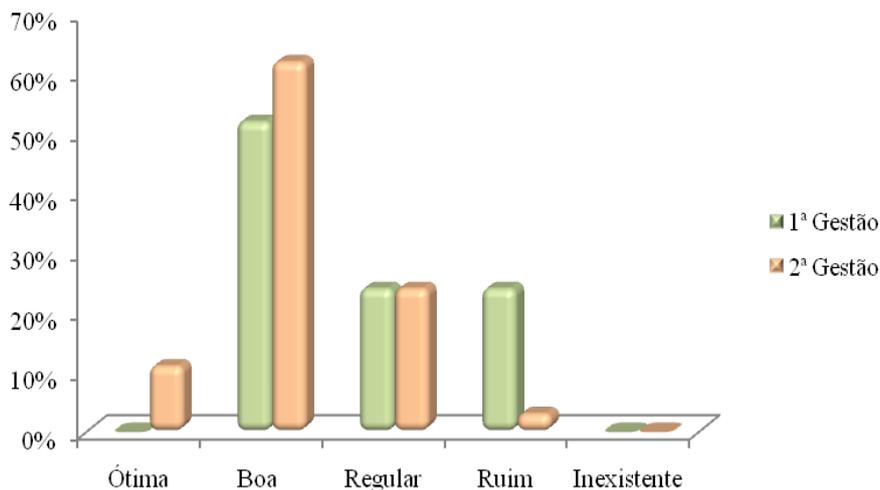


Figura 8 Avaliação da participação dos membros do CBH-PB nas reuniões.

Em relação à qualidade das discussões no Comitê, os membros respondentes afirmaram que as discussões são consideradas **Boas**: 62%, na primeira Gestão e 68%, na segunda Gestão (Figura 9).

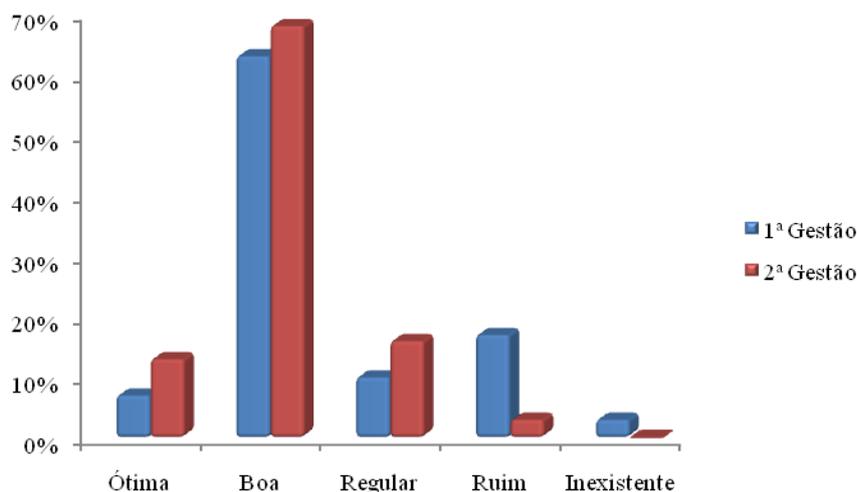


Figura 9 Qualidade das discussões realizadas nos Comitês.

A Tabela 6 apresenta os principais temas discutidos nas reuniões do CBH-PB na primeira e segunda gestões.

Tabela 6 Principais temas discutidos no CBH-PB

Principais temas discutidos	Primeira Gestão (2007-2011)	Segunda Gestão (2011-2013)*
	Cobrança pelo uso da água	Retirada desordenada de areia no leito do rio Paraíba
	Alteração na PERH ¹ – definindo melhor as entidades do SIGERH ²	Sustentabilidade dos recursos hídricos
	Inclusão da Agência de Bacia no texto da Lei estadual	Plano de Bacia do CBH-PB
	Limite de isenção para as derivações ou captações de água para uso agropecuário	Saneamento Básico – Poluição do rio Paraíba Transposição do rio São Francisco
Número de reuniões no CBH-PB	Primeira Gestão (2007-2011)	Segunda Gestão (2011-2013)*
	3 (três) ordinárias e 4(quatro) extraordinárias	2 (duas) ordinárias

¹PERH - Política Estadual de Recursos Hídricos

²SIGERH - Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos da Paraíba

*período analisado –setembro 2011 – maio 2012

Dificuldades de Funcionamento

A dificuldade em reunir os membros do CBH-PB para discutirem os problemas enfrentados na Bacia Hidrográfica e o não exercício da representatividade de alguns segmentos são algumas das características identificadas na primeira Gestão do CBH-PB.

Os entrevistados foram questionados a respeito das principais dificuldades que afetam o funcionamento do comitê. Para a maioria dos membros da primeira Gestão (38%), o principal entrave é a falta de apoio financeiro. Considerando que a segunda Gestão ainda é recente, as principais dificuldades apontadas pelos membros nesse curto período são: a falta de apoio financeiro e a falta de conhecimento a respeito dos problemas da bacia (30% cada), as quais merecem ser melhor discutidas no âmbito do CBH-PB, conforme mostrado na Figura 9.

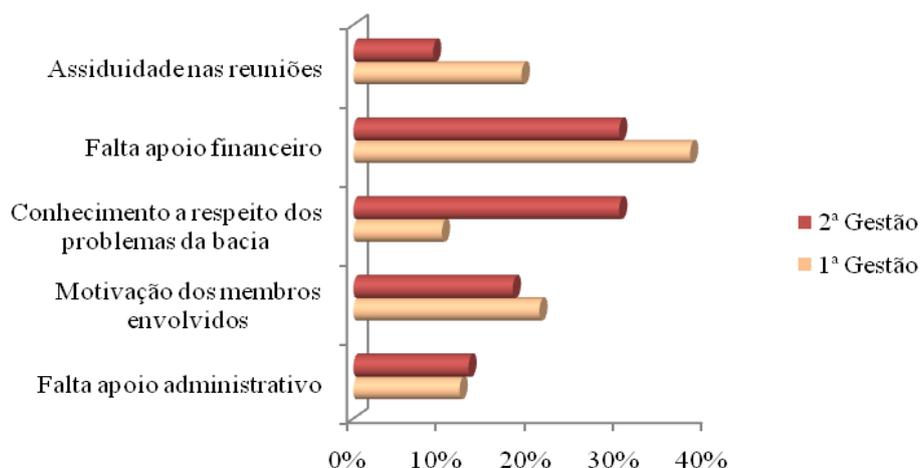


Figura 9 Dificuldades que afetam o bom funcionamento do CBH-PB.

Ações mais relevantes

Os membros entrevistados também foram questionados quanto à consideração das ações mais relevantes, que deveriam ser priorizadas na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba. A Educação Ambiental se destaca como a ação prioritária, entre as elencadas pelos membros entrevistados da primeira Gestão. Os membros entrevistados da segunda Gestão informaram que as ações mais relevantes se referem aos projetos de saneamento básico, seguidos pelos planos de recursos hídricos e educação ambiental (Figura 10).

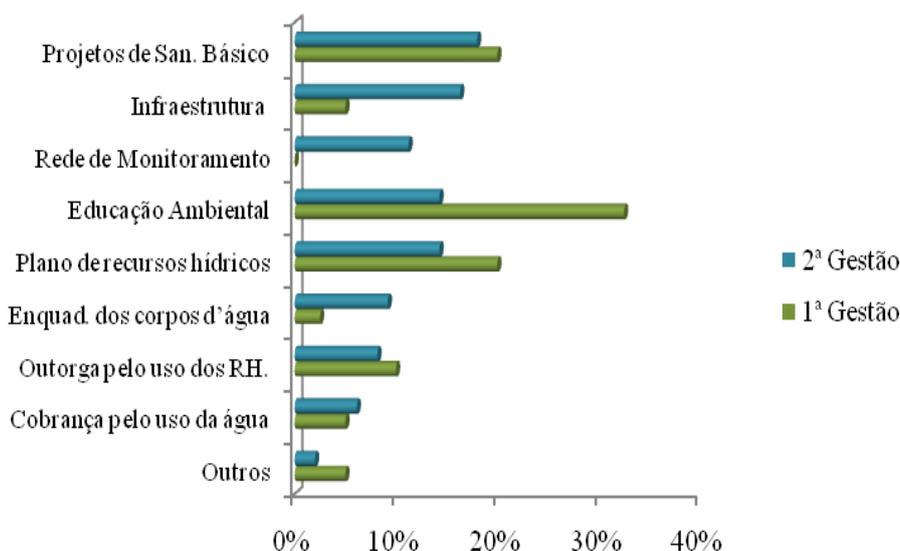


Figura 10 Ações prioritárias nas Bacias segundo os membros dos Comitês.

Cobrança pelo uso da água

O primeiro ano de operação do CBH-PB foi marcado pela elaboração e aprovação da Deliberação CBH-PB 01/2008 – que determina os valores e critérios para a cobrança pelo uso da água –, de modo que as partes interessadas testemunharam uma fase de intensas reuniões. Contudo, a necessária aprovação da cobrança, pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), só foi realizada em julho de 2009, e, até hoje, a Minuta de Decreto da cobrança ainda não foi assinada pelo Poder Executivo do Estado. No mesmo período, um projeto de lei foi discutido e aprovado, para ser apresentado ao CERH, com o objetivo de alterar a Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH), no sentido de definir melhor as entidades do Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos da Paraíba. Este projeto de lei se tornou na Lei 8.446 /07.

Quando questionados a respeito do conhecimento sobre cobrança pelo uso da água, os membros do CBH-PB – na primeira Gestão – mostraram maior conhecimento, em torno de (90%).

Este resultado está associado ao fato de que este tema foi bastante discutido no primeiro ano de funcionamento deste comitê. Dos membros entrevistados da segunda Gestão, 81% afirmaram ter conhecimento a respeito do assunto.

A Figura 11 apresenta a visão dos membros em relação à concretização da implementação da cobrança pelo uso da água no Estado da Paraíba. A maioria dos membros das duas gestões acredita que a possibilidade de efetivação do instrumento da cobrança é Boa (36% e 30% respectivamente).

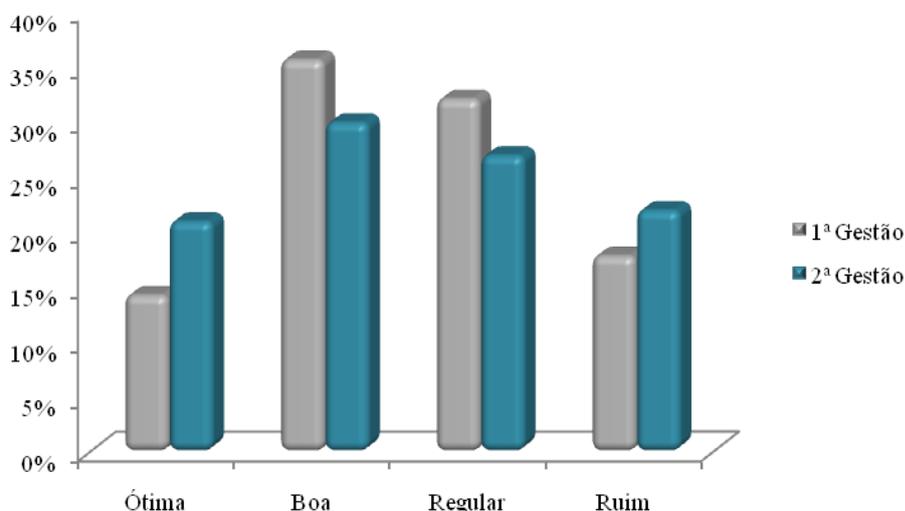


Figura 11 Quanto à perspectiva da implementação da cobrança pelo uso da água.

A Figura 12 apresenta a opinião dos membros, quanto à importância da implementação da cobrança pelo uso da água para a gestão dos recursos hídricos. A maioria das respostas foi positiva tanto na primeira Gestão quanto para a segunda (86%) e (76%), respectivamente.

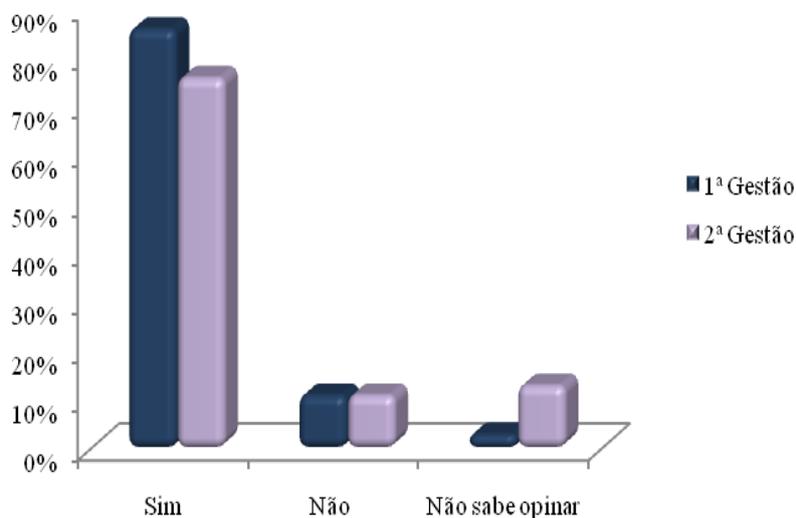


Figura 12 Quanto à importância da cobrança como instrumento de gestão.

CONCLUSÕES

Os resultados obtidos, através das entrevistas e das observações, retratam que no CBH-PB ocorreu na segunda gestão (em relação à primeira) – uma mudança nas instituições e, principalmente, em seus representantes. Para o Poder Público Federal 50% das instituições (DNOCS) permaneceram em ambas as gestões e, também, 50% dos representantes não foram substituídos. Para o Poder Público estadual 75% das instituições (AESAs, SUDEMA e EMATER) permaneceram nas duas gestões, no entanto todos os seus representantes foram substituídos.

Em relação à representação do Poder Público Municipal observa-se que, apenas, as Prefeituras Municipais de Cabedelo, Camalaú e Santo André permaneceram nas duas gestões e apenas o representante da Prefeitura Municipal de Camalaú permaneceu em ambas as gestões. Algumas prefeituras não participaram ativamente no CBH-PB, como por exemplo, a prefeitura de Campina Grande (primeira gestão) e a prefeitura de Boqueirão (primeira e segunda gestões). A ausência destas prefeituras merece destaque, por se tratar de importantes cidades no cenário da gestão de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba.

Quanto ao segmento Sociedade Civil, observa-se que as únicas instituições que permaneceram nas duas gestões foram: CENTRAC, PATAC e UFCG, representando 16,6% do total de instituições que permaneceram tanto na primeira como na segunda gestão. Houve permanência dos mesmos representantes do CENTRAC e do PATAC e mudança do representante da UFCG.

Em relação ao segmento Usuários de Água, apenas 25% dos representantes permaneceram nas duas gestões (Refrescos Guararapes, CAGEPA, AGROVAL, Japungu Agroindustrial S/A) e apenas dois representantes deste segmento (CAGEPA e AGROVAL) permaneceram nas duas gestões.

O processo de renovação dos membros do CBH-PB proporciona a descentralização de poder e a oportunidade de agregar interesses e prioridades diferentes à melhor tomada de decisão. Tendo em vista que, quanto maior o envolvimento ativo dos atores sociais, maiores as chances de se obter soluções mais igualitárias em benefício da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba.

Os resultados indicam a necessidade de melhorias em alguns aspectos, demandando ações que possam minimizar os pontos fracos do CBH-PB, com destaque à capacitação dos membros e à aplicação efetiva dos instrumentos de gestão de recursos hídricos nas áreas de atuação do CBH-PB. Quanto à implementação dos instrumentos, a não assinatura do Decreto da cobrança pelo Poder Executivo do Estado fragiliza o funcionamento do CBH-PB (e demais comitês) por: a) representar

a não implementação de uma decisão tomada na ótica da participação pública; b) dificultar, operacionalmente, as reuniões do comitê (pela ausência de recursos financeiros).

Embora tenham sido percebidos os avanços decorrentes da instalação do CBH-PB, ainda há muitos desafios a serem enfrentados. Os esforços para vencer esses desafios devem ser direcionados à participação mais ativa dos membros, à capacitação das bases locais e à independência do espaço público de discussão, que representa uma instância como um comitê de bacia. Isso poderia tornar a gestão de recursos hídricos do Estado da Paraíba descentralizada e participativa.

Neste sentido, torna-se necessário que os espaços públicos sejam fortalecidos, onde a representatividade e o consenso se realizem, direcionando o acesso necessário às informações e a conscientização dos membros em relação ao papel que desempenham no CBH-PB.

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq pela concessão de bolsa de iniciação científica à primeira autora e à CAPES pela concessão de bolsa de doutorado à segunda autora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AESA – Agência Executiva de Gestão das Águas da Paraíba (2006). *Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado da Paraíba. Relatório Final*. Disponível em: <<http://www.aesa.pb.gov.br/perh/>>. Acesso em: 12 mar. 2011.
- RIBEIRO, M. A. F. M. (2012). *Participação Pública em gestão de recursos hídricos: uma análise do caso paraibano*. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil e Ambiental). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB.
- SANS, J. S. (2010). *Participação social na gestão dos recursos hídricos. Olhar sobre o conflito da barragem do Baixo Sabor*. Dissertação (Mestrado em Engenharia do Ambiente – Gestão e Sistemas Ambientais.). Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.
- SILVA, B. S. (2006). *Cobrança pelo Lançamento de Efluentes: Simulação para a Bacia do rio Paraíba*. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil e Ambiental). Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, PB.